

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/19

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE JULGAMENTO: menor preço por item

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:
9H do dia 18/11/2019.**

**EDITAL DE PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE
DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS DO TIPO REJEITO EM
ATERRO SANITÁRIO.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **9h do dia 18 de novembro de 2019**, junto a Sala da Divisão de Licitações, localizada nos fundos da Prefeitura Municipal de Candelária, Sala 08, se reunirão a pregoeira e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO TIPO REJEITO EM ATERRO SANITÁRIO**, processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e do Decreto Municipal nº 039, de 12 de maio de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a prestação de **SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO TIPO REJEITO EM ATERRO SANITÁRIO, CONFORME PROJETO BÁSICO (ANEXO IV).**



2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 36/19
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 36/19
ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

2.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que se enquadram no disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:



a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c) para ambos

c.1) Declaração sob as penas da Lei, emitida pela empresa participante, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, disciplinados no item 7.2, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, sob penas da lei, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no item 7.2, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

3.6. Não apresentada à documentação do item **3.3** alínea 'c', a licitante será impedida de participar da licitação.

3.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante, salvo em caso de itens diferentes.

3.8. Após o término do credenciamento, será proibida a utilização de qualquer aparelho de comunicação dentro da sala de licitação e durante o tempo que a sessão ocorrer.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - HABILITAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. A pregoeira, então, realizará o credenciamento das interessadas.

5. PROPOSTA DE PREÇO

5.1. A proposta deverá ser preenchida pela licitante no PORTAL DE AUTOATENDIMENTO, no site oficial da Administração Pública na internet, através do



seguinte endereço eletrônico: <https://candelaria.atende.net/?pg=autoatendimento#!/>, mediante acesso na aba 'ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÕES'.

5.1.1. A proposta sempre deverá ser preenchida na íntegra, sendo que em caso de preenchimento parcial a mesma pode ser complementada através da rotina de alteração.

5.1.2. O sistema permitirá apenas a importação de uma única proposta por fornecedor.

5.1.3. A proposta será armazenada criptografada, de forma que ficará ilegível para a Administração Pública e/ou terceiros.

5.1.4. A única forma de recuperar esta informação será utilizando a chave de descryptografia, que será impressa no relatório das propostas, que será gerado após o cadastro da licitante.

5.1.5. Em razão do disposto no item 5.1.4, a Administração Pública recomenda que o relatório seja guardado pela licitante em segurança, pois se for necessário realizar alguma alteração em sua proposta, esta terá que informar esta chave ou terá que digitar todos os valores novamente.

5.2. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá, ainda, ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do serviço ofertado;

c) **preço unitário** líquido POR TONELADA DE RESÍDUO, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

d) a chave de descryptografia, que será impressa no relatório das propostas, conforme o disposto no item 5.1.4 deste Edital.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.3. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.



6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A proposta financeira deverá ser apresentada por item e o julgamento ocorrerá pelo **MENOR VALOR POR ITEM.**

6.1.1. As propostas não poderão ultrapassar o valor máximo definido no Termo de Referencia (ANEXO I).

6.2. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.3. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.4. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação da vencedora.

6.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

6.7. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a 30,00 (trinta reais) do valor global.

6.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.9. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no



impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.10. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.13. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.14. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- e) após a fase de lances e negociação, mantiverem seus valores superiores ao do Termo de Referência.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.15. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.16. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.



6.16.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.17. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.16.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

6.18. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.17 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.19. O disposto nos itens 6.16 a 6.18, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.20. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.21. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto a Divisão de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.22. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO



7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Alvará de localização fornecido pelo Município do estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;



f) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA

a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração, sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que o aterro sanitário está localizado a uma distância máxima de 215 km (duzentos quilômetros) do município de Candelária/RS;

b) Declaração de comprometimento que a unidade de aterro sanitário da contratada possui vida útil de no mínimo 05 (cinco) anos;

c) Cópia da Licença de Operação (LO) do aterro sanitário em nome da contratada, contendo informações que atestem a capacidade de recebimento mensal dos resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito gerados no município, especificado no item 3.1.1. do Projeto Básico;

d) Relatório ou memorial descritivo contendo as seguintes informações do equipamento de pesagem: Modelo, Capacidade de Pesagem, Plataforma de Pesagem (dimensões), Versão de Montagem, Capacidade da Célula de Carga, Quantidade de Células de Carga, sistema de coleta de dados da balança, fotografias do local onde está instalada a balança de pesagem e Certificado de Calibração do equipamento emitido por empresa habilitada pelo INMETRO.

7.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1 e possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal e trabalhista**, previstos nos itens 7.1.2 e 7.1.3., deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.2.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensão, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade



ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.2.3. O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso.

9.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.



9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS

10.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3. A vigência do contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Deverá executar fielmente os serviços objeto deste edital, de acordo com o Projeto Básico, ANEXO IV;

11.2. Indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;

11.3. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

11.4. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;



12. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1. Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem na forma estipulada neste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

12.2. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, em conformidade ao item 13;

12.3. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto desta licitação.

12.3.1. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização será o servidor Roberto de Monte Baccar Pilz.

12.4. Enviar o empenho à contratada, responsabilidade esta do Setor de Compras/Almoxarifado Central.

13. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento será mensal até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal e relatório técnico mensal devidamente assinado pelo representante legal da empresa.

13.1.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.1.2. O relatório deverá conter no mínimo todos os comprovantes de pesagem descritos no item 3.2 do Projeto Básico, certificado de calibração da balança de pesagem emitido pelo INMETRO ou por empresa certificada pelo INMETRO e volume total depositado no mês.

13.2. A despesa ocorrerá na seguinte dotação orçamentária: 09 003 2084 3339039 001.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

14.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

14.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Quaisquer impugnações/informações decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº 1665, sala 08, ou pelos e-mails licitacoes@candelaria.rs.gov.br e licitacoes2@candelaria.rs.gov.br, no horário de expediente.



15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados na Divisão de Licitações.

15.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

15.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

15.6. As cópias extraídas da internet dos documentos solicitado neste edital, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

15.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

15.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

15.9. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o síte www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

15.10. Tendo em vista a falta de pessoal especializado para fazer o julgamento do tipo melhor técnica e melhor técnica e preço, nesta licitação será considerado o menor preço, conforme faculta o Decreto Executivo nº 1286/18, de 19 de setembro de 2018.

15.11. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I – Termo de referencia;

Anexo II - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99;

Anexo III - Modelo declaração de idoneidade para licitar;

Anexo IV – Projeto básico;

Anexo V – Minuta de contrato.



15.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Candelária, 15 de outubro de 2019.

Assinado digitalmente por:
PAULO ROBERTO BUZGE
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por:
DIONATAN TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Pregão nº 36/2019 foi revisado em 21 de outubro de 2019 e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

Assinado digitalmente por:
TANAELA ELLWANGER MULLER
Subprocuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

Assinado digitalmente por:
FRANCIÉLE SCHRÖDER
Procuradora-Geral do Município
OAB/RS Nº 95.508



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Data: 15 de outubro de 2019.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:
9H do dia 18/11/2019.

1. Objeto: O presente termo tem por objeto quantificar, especificar e definir algumas condições para contratação de empresa para prestar SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO TIPO REJEITO EM ATERRO SANITÁRIO.

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO POR TONELADA
01	TONELADA/ MÊS	320	SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO TIPO REJEITO EM ATERRO SANITÁRIO, CONFORME PROJETO BÁSICO.	R\$ 112,00

2. Dotação Orçamentária: 09 003 2084 3339039 001.

3. Da prestação dos serviços: Conforme Projeto Básico (ANEXO IV).

4. Do Pagamento: O pagamento será mensal até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal e relatório técnico mensal devidamente assinado pelo representante legal da empresa.

4.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.2. O relatório deverá conter no mínimo todos os comprovantes de pesagem descritos no item 3.2 do Projeto Básico, certificado de calibração da balança de



pesagem emitido pelo INMETRO ou por empresa certificada pelo INMETRO e volume total depositado no mês.

ANEXO II

MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)



ANEXO IV

PROJETO BÁSICO

Atividade: Contratação de serviço de destinação/disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PROJETO BÁSICO

O presente Projeto Básico tem com objetivo relatar e descrever as atividades levadas a termo, bem como, as ações a serem viabilizadas pela empresa proprietária de aterro sanitário, para destinação/disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito.

Os serviços que constituem objeto deste Projeto Básico deverão ser executados em restrita observância as especificações aqui pré-determinadas pela Prefeitura Municipal e pelo Departamento de Meio Ambiente – DEMA, atendidas as especificações e demais elementos constantes nos demais anexos deste Projeto Básico.

1. DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 Resíduos sólidos urbanos (RSU): definem-se como resíduos sólidos urbanos (RSU), todos resíduos sólidos gerados na zona urbana do município, oriundo de domicílios, comércio e indústria com características domiciliares, repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município.

1.2 Resíduo rejeito: define-se como resíduo do tipo rejeito, os resíduos sólidos (incluindo orgânicos) que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

1.3 Aterro sanitário: define-se como aterro sanitário, o local devidamente licenciado, para atividade de disposição final ambientalmente adequada de resíduo do tipo rejeito, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

1.4 Coleta convencional: define-se a coleta convencional com a atividade de recolhimento de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito oriundos de domicílios, comércio e indústria com características domiciliares, repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município.



1.5 Transporte: define-se como transporte, o deslocamento por via rodoviária dos resíduos recolhidos na coleta convencional e seletiva, para transbordo e/ou disposição final ambientalmente adequada.

2. DOS RESÍDUOS

2.1 O serviço de disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário, a ser contratado tem como base dados históricos de volume de resíduos sólidos urbanos gerados pela população urbana do município a partir de janeiro de 2014. Também foram considerados dados técnicos existentes no documento de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB (2018) e do Projeto Recicla Candelária.

2.2 Consta no PMSB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que a população urbana do município de Candelária é de 15.715 habitantes (ano 2010) e projeção de 16.200 habitantes para o ano de 2019.

2.3 Segundo dados históricos, a média de RSU gerados no município de 2014 a 2018, foi de aproximadamente 237,91 toneladas por mês. Já média atual, a partir de janeiro de 2019, se encontra em aproximadamente 264,28 toneladas por mês.

2.4 A seguir apresentamos quadros com os dados existentes, relativos à geração de RSU no município de Candelária.

Quadro 01 – Volume de resíduos sólidos urbanos gerados no município de 2014 a 2018.

	2014	2015	2016	2017	2018
Ano	Volume de RSU	Volume de RSU	Volume de RSU	Volume de RSU	Volume de RSU
Mês	(tonelada)	(tonelada)	(tonelada)	(tonelada)	(tonelada)
Janeiro	264,840	210,240	283,840	239,990	221,950
Fevereiro	212,460	155,560	220,980	220,520	224,400
Março	244,760	226,260	250,540	269,340	236,390
Abril	234,940	250,340	217,060	221,430	242,050
Maio	245,810	191,540	225,180	275,560	235,560
Junho	250,370	259,460	203,820	269,610	249,130
Julho	263,560	326,500	239,410	231,030	242,170
Agosto	252,300	260,720	257,430	278,370	208,380
Setembro	217,040	262,220	235,370	242,520	201,150
Outubro	213,630	279,660	209,240	257,220	222,970
Novembro	176,740	206,600	232,860	239,970	236,560
Dezembro	247,380	241,860	261,920	243,570	232,270



Média	235,319	239,247	236,471	249,094	229,415
--------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Fonte: CONE SUL Soluções Ambientais Ltda, CNPJ 93.966.828/0001-80, Contrato nº 042/2014.

Quadro 02 - Volume de resíduos sólidos urbanos gerados no município a partir de janeiro de 2019.

Ano	2019 Volume de Resíduo	2019 Recicláveis	2019 Rejeito/Orgânico
Mês	(tonelada)	(tonelada)	(tonelada)
Janeiro	272,310	0,000	272,310
Fevereiro	204,600	0,000	204,600
Março	249,440	38,120	211,320
Abril	251,060	33,227	217,833
Maio	284,100*	26,740	257,360
Junho	324,160*	27,320	296,840
Julho	273,160	28,420	244,740
Agosto	267,430	26,740	240,690
Média	265,783	30,095	243,212

*Meses de maio e junho com índices pluviométricos elevados, acima das médias históricas do período.

Fontes: CONE SUL Soluções Ambientais Ltda, CNPJ 93.966.828/0001-80, Contrato nº 042/2014 referente aos meses de janeiro até 05 de março de 2019. H.A. SEHNEM, CNPJ 01.954.548/0001-33, Dispensa nº 07/2019 de 06 março de 2019 até 31 de agosto de 2019.

2.5 Ainda, segundo dados do IBGE a população média urbana do município de Candelária no período de 2014 a 2018, foi de 15.982 habitantes, resultando em média *per capita* diária de 0,49 kg/hab/dia. de resíduos. Como projeção futura, em função de mudanças de hábitos e consciência ambiental da população, estima-se que média *per capita* diária será de 0,50 kg/hab/dia.

Quadro 03 – projeção de geração *per capita* de RSU no município.

Ano	Pop. Urbana	Projeção de geração de RSU	Projeção de geração de RSU
-----	----------------	-------------------------------	-------------------------------

		(ton/ano)	(ton/mês)
2018	16.144	2887,354	240,613
2019	16.198	2956,135	246,345
2020	16.253	2966,173	247,181
2021	16.308	2976,210	248,018
2022	16.363	2986,248	248,854
2023	16.418	2996,285	249,690
2024	16.473	3006,323	250,527
2025	16.529	3016,543	251,379

*Projeção 2014-2018 com geração per capita de 0,49 kg/hab./dia.

**Projeção 2019-2025 com geração per capita de 0,50 kg/hab./dia.

2.6 Na revisão do PMSB, em 2018, foi realizada técnica de composição gravimétrica, atestando uma média de 45% de resíduos recicláveis, 33% de matéria orgânica e 22% de resíduo rejeito. Este dado norteia o município quanto ao potencial de coleta seletiva, que já se encontra implantado desde março de 2019, através do projeto Recicla Candelária. Entende-se que ações conjuntas de educação ambiental e divulgação em mídias irão fortalecer a conscientização da população para melhoria do índice de resíduos recicláveis, hoje na casa de 30,095 toneladas/mês (11,64%).

2.7 Desta maneira considerando o histórico de dados estima-se que o volume médio de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito gerados mensalmente no município, será de no máximo 320,00 toneladas, incluindo um fator de correção de 20%.

3. DA CONTRATAÇÃO

3.1 Do serviço

3.1.1 Contratação de empresa detentora de unidade de aterro sanitário devidamente licenciada e autorizada para recebimento **mensal estimado de 320,00 toneladas** de resíduos sólidos urbanos (RSU) do tipo rejeito.

3.1.2 O serviço de transporte dos resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito será efetuado por empresa terceirizada, podendo as entregas ser realizadas diariamente, ou em menor frequência, exceto aos domingos, sendo a periodicidade vinculada ao planejamento da empresa terceirizada responsável pelo transporte.

3.2 DO CONTROLE DE VOLUME DESTINADO



3.2.1 A contratada deverá possuir no local de aterro sanitário, balança para controle de pesagem do caminhão transportador dos resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito.

3.2.2 A contratada deverá emitir o comprovante de pesagem do caminhão transportador com a carga de resíduos na entrada e vazio na saída, constando a data, horário de entrada e saída, placa do veículo, nome do motorista, peso de entrada, peso de saída, peso líquido e volume depositado em tonelada.

3.2.2.1 Uma via do comprovante de pesagem do caminhão transportador deverá ser entregue ao motorista do veículo no ato da pesagem e outra via deverá ser enviada por correio eletrônico (e-mail) na mesma data ao representante do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Candelária, a ser indicado na homologação do contrato de prestação de serviço.

3.2.2.2 Não estarão compreendidos na conceituação de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito, para efeitos de disposição final em aterro sanitário, entulhos de obras de construção civil pública e particulares, terra, areia, podas de arborização pública e particular, resíduos de mudanças de domicílios ou reforma de estabelecimentos comerciais, colchões e mobiliários, resíduos de serviços de saúde e animais mortos.

4. DO PREÇO

4.1 A formação de preço para o serviço a ser contratado, está vinculado a levantamento de preço praticado por 3 unidades de aterro sanitário, distantes no máximo 250 km, do município de Candelária.

4.2 As propostas orçamentárias vinculadas ao custo unitário previsto na Tabela - Disposição Final RSU Rejeito – Aterro Sanitário, em anexo a este Projeto, estão descritas na tabela 01 abaixo:

Tabela 01 – Propostas orçamentárias de custo unitário para disposição de RSU rejeito em aterro sanitário.

Unidade do Aterro Sanitário	Localização	Custo Unitário (R\$/tonelada)
Planeta Reciclagem e Aterro Sanitário CNPJ 11.336.832/001-08	Serafina Corrêa/RS	110,00
Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos CNPJ 03.505.185/0001-84	Minas do Leão/RS	107,00
Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos CNPJ 03.505.185/0004-27	Santa Maria/RS	119,00



Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos CNPJ 03.505.185/0003-46	São Leopoldo/RS	112,00
---------------------------------------------------------------------------------	-----------------	--------

5. DO PAGAMENTO

5.1 Ao serviço contratado para disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário será pago pelo volume de tonelada depositado mensalmente, conforme proposta apresentada, com base na Tabela – Disposição Final RSU Rejeito – Aterro Sanitário, em anexo a este Projeto.

5.2 O pagamento será efetuado sempre até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal e relatório técnico mensal devidamente assinado por seu representante legal, contendo, no mínimo, todos os comprovantes de pesagem descritos no item 3.2 deste Projeto, certificado de calibração da balança de pesagem emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou empresa certificada pelo INMETRO e volume total depositado no mês.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 O aterro sanitário da contratada deverá estar localizado a uma distância máxima de 215 km (duzentos quilômetros) do município de Candelária/RS.

6.2 Declaração de comprometimento que a unidade de aterro sanitário da contratada possui vida útil de no mínimo 05 (cinco) anos.

6.3 Apresentação de cópia da Licença de Operação (LO) do aterro sanitário em nome da contratada, contendo informações que atestem a capacidade de recebimento mensal dos resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito gerados no município, especificado no item 3.1.1.

6.4 Comprovação de que a contratada possui equipamento de pesagem de veículos (balança), compatível para pesagem de veículos do tipo caminhão, por meio de relatório técnico e fotográfico, devidamente assinado por responsável técnico, acompanhado do certificado de calibração do equipamento emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou empresa certificada pelo INMETRO.

6.5 Contrato social atualizado.

6.6 Documentos de regularidade fiscal e negativas de débitos.



7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Poderá as partes em comum acordo alterar o planejamento operacional do serviço de disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário, mediante comunicado prévio de 60 dias.

Candelária, 16 de outubro de 2019.

Albino Oto Gewehr
Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Roberto de Monte Baccar Pilz
Engenheiro Ambiental
Departamento de Meio Ambiente



ANEXO V

CONTRATO Nº ____/2019 (minuta)

Contrato que celebram o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresa, para a **SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO TIPO REJEITO EM ATERRO SANITÁRIO, CONFORME PROJETO BÁSICO**, com base na Lei nº 8.666/93 e conforme o Pregão nº 36/2019.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, representada neste ato por seu Prefeito Municipal em exercício, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, situada na _____, CNPJ nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com o Pregão nº 36/2019, homologado em _____ e a Lei nº 8.666/93 e nos termos e cláusulas a seguir descritas:

OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente contrato, a Contratada se obriga a prestar serviços de destinação/disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário, conforme Projeto Básico em anexo.

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA fará jus ao valor de R\$ ____ (____) por tonelada de resíduo sólidos urbanos do tipo rejeito depositado no aterro sanitário, que serão pagos até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



Parágrafo Segundo: O relatório deverá conter no mínimo todos os comprovantes de pesagem descritos no item 3.2 do Projeto Básico, certificado de calibração da balança de pesagem emitido pelo INMETRO ou por empresa certificada pelo INMETRO e volume total depositado no mês.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA deverá:

- I. Executar fielmente os serviços de acordo com o Projeto Básico;
- II. Indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;
- III. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- IV. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATANTE deverá:

- I. determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem na forma estipulada neste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;
- II. efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, em conformidade com a Cláusula Segunda;
- III. designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto desta licitação.
 - a) o responsável pelo acompanhamento e fiscalização será o servidor Roberto de Monte Baccar Pilz.
- IV. enviar o empenho à contratada, responsabilidade esta do Setor de Compras/Almoxarifado Central.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



CLÁUSULA QUARTA – A despesa prevista na Cláusula Segunda ocorrerá na seguinte dotação orçamentária: 09 003 2084 3339039 001.

CLÁUSULA QUINTA – Conforme o art. 40, XIV, alínea “c”, da Lei nº 8.666/93, a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, se dará através da aplicação do IGPM.

DO INADIMPLEMENTO, DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES:

CLÁUSULA SEXTA - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de discrepância de qualidade no veículo e em seus equipamentos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções, o contratado disporá de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.



DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

CLÁUSULA NONA - O contrato vigorará por 12 meses a constar de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

Parágrafo Único: No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

DOS ANEXOS:

CLÁUSULA DÉCIMA – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como o Pregão nº 36/2019 e seus anexos.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária, de 2019.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

